



STATE GRID

BRAZIL HOLDING S.A.





Grupo SGBH

Liquidez geral	128,29%
Liquidez corrente	316,31%
Relação patrimônio líquido/ativo	35,01%
Relação passivo não circulante/Ativo	64,99%
Rentabilidade do patrimônio líquido	3,09%
Relação lucro operacional/Patr. líquido	32,48%

Ativos totais:	R\$ 7.416.212.985
Receita Líquida:	R\$ 843.335.857
Extensão de linhas em km:	5.204
Subestações:	28

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício de 2014 das seguintes empresas do Grupo:

Grupo SGBH

Controladas

Participação de 99%

ETEE	ETIM	ITE	PSTE	SMTE	PCTE	
RPTE	SPTE	Iracema	Catxerê	Araraquara	Itatim	MRTE

Controladas em conjunto

Participação de 51%

Matrinchã	Guaraciaba	Luiziânia	Paranaíba	Belo Monte
-----------	------------	-----------	-----------	------------

Trata-se de estrutura simplificada dos investimentos do Grupo. Nesse organograma não foram incluídas duas Holdings do Grupo, a SGBH Expansão Participações Ltda (SGBH-E) e a SGBH Transmissão Participações Ltda (SGBH-T), estas que possuem participação direta na ETEE e ETIM, respectivamente. As Companhias Controladas em conjunto não são consolidadas no Grupo.

Razão social

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE"), Expansion Transmissão Itumbiara Marimondo S.A. ("ETIM"), Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE"), Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PSTE"), Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE"), Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE"), Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE"), Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE"), Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema"), Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxerê"), Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara"), Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim"), Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE"), Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã"), Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba"), Luiziana Niquelandia Transmissora S.A. ("Luiziânia"), Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba"), Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte").

1) A Companhia

A SGBH é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010 tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. A SGBH é subsidiária da Top View Investment Limited com 0,00001% de participação e da State Grid International Development Limited com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Negócios no Brasil

Para o Grupo, a perspectiva de novos negócios no Brasil é relevante dentro de seu plano estratégico de investimentos. Para 2015, temos grande expectativa de obras importantes a serem licitadas para o contínuo desenvolvimento da infraestrutura no Brasil. De acordo com a ANEEL, o volume de investimentos nos próximos leilões de transmissão a serem realizados em 2015 devem atingir R\$ 15 bilhões e está realizando ajustes nas

premissas de cálculo das receitas máximas dos leilões visando aumentar a atratividade deste segmento.

Desde sua chegada ao Brasil, o Grupo já adquiriu 12 transmissoras de energia- estas em operação e em 2013 conquistou o Lote P do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2013 para a construção de nova subestação Marechal Rondon 440/138 kV - 600 MVA no município de Três Lagoas - MS promovendo mais um reforço estrutural para o Sistema Interligado Nacional (SIN) e novo ponto de suprimento para a região.e início da construção de uma transmissora (MRTE - desde 2014).

Além de seus investimentos diretos, o Grupo tem alcançado importantes conquistas nos últimos anos com parceiros no Brasil:

- Em 2011, em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A (Furnas) venceu seu primeiro lote de obras em leilões de transmissão e constituiu Luiziana.

- Em 2012, em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., o Grupo venceu mais dois importantes lotes do leilão 002/2012 de obras de transmissão de energia elétrica que totalizam cerca de 2.600 km de linhas de transmissão. A Matrinchã e Guaraciaba foram constituídas a partir desse leilão.

- Em 2014, o Grupo arrematou o conjunto de obras para a interligação da UHE Belo Monte aos centros de carga do Sudeste com, aproximadamente, 2.000 km de linha de transmissão em corrente contínua em 800 kV. com Furnas e Eletronorte;

3) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. Em 2014 iniciamos o Programa Jovem Aprendiz dando uma primeira oportunidade de trabalho a futuros profissionais. As ações na área de treinamento têm sido aprimoradas a cada ano. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar entraram no seu segundo ano e foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos, para a criação de um bom ambiente de trabalho, também foi incentivada.

Em 2014 também foi iniciado o primeiro Programa de Liderança da State Grid, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

4) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

A Companhia incentiva e convida a todos a conhecerem suas ações sociais e ambientais que são apresentadas no Relatório Socioambiental do Grupo State Grid, e que está devidamente disponibilizado no site do Grupo (www.stategridbr.com).

5) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

A Administração

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Nota	2014		2013	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	521.779.240	886.384.008	398.184	394.114.756
Títulos e valores mobiliários	8	-	-	713.904.519	724.772.757
Concessionárias e permissionárias	9	-	113.891.824	-	99.489.710
Contas a receber - alugueis	19	2.311.572	2.159.061	521.959	521.959
Impostos a recuperar	10	27.101.992	60.422.953	13.445.342	79.302.061
Ativo financeiro indenizável	12	-	758.337.910	-	705.491.553
Adiantamentos a fornecedores		97.622	8.358.780	2.000	8.876.095
Estoques		-	29.697.090	-	10.122.996
Dividendos a receber	13	102.449.751	12.349.024	75.979.367	20.890
Outros ativos circulantes		108.938	4.335.139	79.445	-
		653.849.115	1.875.935.789	804.330.816	2.022.712.777
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	8	-	47.212.361	-	44.176.241
Impostos a recuperar	10	-	16.817.017	4.148.835	17.951.349
Ativo financeiro indenizável	12	-	4.217.791.682	-	4.251.241.013
Empréstimos a receber – partes relacionadas	11	20.566.802	-	-	-
Outros ativos não circulantes		1.163.606	26.846.898	162.343	12.501.761
Investimentos	13	3.737.000.589	785.182.606	3.053.192.482	186.423.207
Investimentos disponíveis para venda	19	30.336.560	30.336.560	-	-
Propriedade para investimento	14	96.774.604	96.774.604	28.481.254	28.481.254
Imobilizado	15	123.220.453	133.919.953	194.092.902	203.273.046
Intangível	16	-	185.395.515	-	215.087.806
		4.009.062.614	5.540.277.196	3.280.077.816	4.959.135.677
Total do ativo		4.662.911.729	7.416.212.985	4.084.408.632	6.981.848.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2014		2013	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores - terceiros		557.351	9.502.389	528.342	8.428.870
Fornecedores - partes relacionadas		-	121.671	-	17.011
Empréstimos e financiamentos - terceiros	17	-	121.481.314	-	254.045.145
Empréstimos - partes relacionadas	17	2.730.756	236.048.350	4.354.007	119.572.611
Tributos e contribuições sociais		2.886.099	95.302.785	2.210.859	121.464.225
Taxas regulamentares	18	-	31.961.659	-	28.674.205
Dividendos propostos		84.318.614	84.318.614	65.240.630	65.240.630
Outros passivos circulantes		457.360	14.323.771	616.549	23.278.323
		90.950.180	593.060.553	72.950.387	620.721.020
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos - terceiros	17	-	720.724.976	-	1.884.804.870
Empréstimos - partes relacionadas	17	1.974.286.440	3.032.556.818	1.475.838.000	1.475.838.000
Outras provisões - compensação ambiental		-	12.166.635	-	18.810.573
Imposto de renda diferido		717.843	385.162.311	717.843	352.715.462
Provisão para contingências	20	160.239	42.577.532	-	74.840.549
Outros passivos não circulantes		644.255	33.811.388	-	19.215.578
		1.975.808.777	4.226.999.660	1.476.555.843	3.826.225.032
Patrimônio líquido					
Capital social		2.494.172.500	2.494.172.500	2.494.172.500	2.494.172.500
Reserva legal		9.740.371	9.740.371	5.723.953	19.416.561
Reserva de lucros		92.239.901	92.239.901	35.005.949	21.313.341
	21	2.596.152.772	2.596.152.772	2.534.902.402	2.534.902.402
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.662.911.729	7.416.212.985	4.084.408.632	6.981.848.454

Demonstrações dos Resultados

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Nota	2014		2013	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida	23	8.986.669	843.335.857	4.527.188	794.068.136
Custo da operação	24	(1.032.859)	(142.043.433)	(158.916)	(94.639.014)
Lucro bruto		7.953.810	701.292.424	4.368.272	699.429.122
Despesas com pessoal e administradores		(3.760.871)	(29.283.879)	(4.896.322)	(30.134.050)
Outras (despesas)/receitas operacionais	25	(45.029.400)	(94.338.656)	(13.895.214)	(28.557.324)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(40.836.461)	577.669.889	(14.423.264)	640.737.748
Resultado financeiro	26	(167.063.965)	(419.452.413)	(181.191.558)	(447.968.866)
Receita financeira		225.739.448	455.929.575	210.425.974	401.611.222
Despesa financeira		(392.803.413)	(875.381.988)	(391.617.532)	(849.580.088)
Resultado de equivalência patrimonial	13	290.275.834	59.514.292	187.824.137	3.033.378
Lucro antes dos impostos		82.375.408	217.731.768	(7.790.685)	195.802.260
Imposto de renda e contribuição social	22	(2.047.054)	(137.403.414)	(717.843)	(204.310.788)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		80.328.354	80.328.354	(8.508.528)	(8.508.528)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	2014		2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	80.328.354	80.328.354	(8.508.528)	(8.508.528)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	80.328.354	80.328.354	(8.508.528)	(8.508.528)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.494.172.500	5.723.953	86.604.340	-	2.586.500.793
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8.508.528)	(8.508.528)
Absorção de prejuízo acumulado	-	-	(8.508.528)	8.508.528	-
Dividendos intermediários	-	-	(43.089.863)	-	(43.089.863)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.494.172.500	5.723.953	35.005.949	-	2.534.902.402
Lucro líquido do exercício	-	-	-	80.328.354	80.328.354
Constituição da reserva legal	-	4.016.418	-	(4.016.418)	-
Destinação a retenção de lucros	-	-	57.233.952	(57.233.952)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(19.077.984)	(19.077.984)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.494.172.500	9.740.371	92.239.901	-	2.596.152.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	2014		2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Atividades operacionais:				
Lucro líquido (prejuízo) antes dos impostos	82.375.408	217.731.768	(7.790.685)	195.802.260
Ajustes:				
Equivalência patrimonial	(290.275.834)	(59.514.292)	(187.824.137)	(5.639.896)
Juros e variações monetárias dos empréstimos	221.360.279	523.920.622	232.892.840	479.470.847
Depreciação e amortização	3.060.301	3.735.615	2.545.432	8.544.455
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	6.907.740	-	(2.736.876)
Provisão para contingências	160.239	(32.263.017)	-	3.839.093
Provisão para compensação ambiental	-	(6.643.938)	-	1.416.139
(Aumento) redução nos ativos				
Concessionárias e permissionárias	-	(21.309.854)	-	(4.478.503)
Contas a receber	(1.789.613)	(1.908.948)	(521.959)	(1.192.077)
Ativo financeiro indenizável	-	(19.397.026)	-	(73.170.610)
Estoques	-	(19.574.094)	-	435.992
Impostos a recuperar	(9.507.815)	20.013.440	1.455.223	4.053.969
Adiantamentos a fornecedores	(95.622)	517.315	(45.735)	(4.000.290)
Outros ativos	(30.75			

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidadas)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

1. Informações gerais

A State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Companhia"), com sede à Av. Presidente Vargas, 955, Sala 1.601, Centro, Rio de Janeiro, Brasil é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010 tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. As controladas e controladas em conjunto nas quais a SGBH investe estão apresentadas nas notas explicativas 3 e 4.

A Companhia é subsidiária da Top View Investment Limited com 0,00001% de participação e da State Grid International Development Limited com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 31 de março de 2015. No exercício de 2014 algumas reclassificações foram efetuadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

2.1 Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração da Companhia e suas controladas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 Classificação circulante versus não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se representar caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

2.4 Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros são apresentadas nas respectivas notas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá no mercado principal para o ativo ou passivo ou na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia definida pelo CPC 46, as quais:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

3. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da SGBH e das controladas, estas que tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A SGBH Expansão Participações Ltda. e a SGBH Transmissão Participações Ltda. são sociedades constituídas tendo como objetivo principal a participação societária em outras sociedades, as quais possuem controle das atividades da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE") e da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM"), respectivamente, com participação de 100%. A ETEE e a ETIM também tem como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação.

Razão social	% de participação	
	2014	2013
SGBH Expansão Participações Ltda. ("SGBH-E") (a)	100	100
SGBH Transmissão Participações Ltda. ("SGBH-T") (a)	100	100
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE") (b)	100	100
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE") (b)	100	100
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE") (b)	100	100
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE") (b)	100	100
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE") (b)	100	100
Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara") (c)	100	100
Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxere") (c)	100	100
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTe") (c)	100	100
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim") (c)	100	100
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema") (c)	100	100
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE") (d)	100	100

(a) A SGBH-E e SGBH-T foram constituídas em 21 de junho de 2010 tendo como objetivo a participação em outras sociedades.

(b) Em 15 de dezembro de 2010 a Companhia adquiriu o controle integral da ETEE, ETIM, ITE, PCTE, RPTE, SMTE e SPTE. Estas que são concessionárias transmissoras de energia elétrica que pertenciam a Isolux Energia e Participações S.A., Litran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda.

(c) Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia adquiriu o controle integral da Araraquara, Catxerê, PPTe, Itatim e Iracema. Estas que são concessionárias transmissoras de energia elétrica que pertenciam a CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Litran do Brasil S.A.

(d) Em 18 de novembro de 2013, a MRTE foi constituída tendo como objeto a implantação e exploração de empreendimento composto de instalações de transmissão de energia elétrica.

4. Controladas em conjunto

As controladas em conjunto são as entidades nas quais a Companhia não exerce o controle individualmente sobre as políticas financeiras e operacionais. São contabilizadas por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

As controladas em conjunto nas quais a SGBH possui participação são sociedades de propósitos específicos (SPEs) que tem como principal atividade a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, da mesma forma que as controladas da Companhia.

Mesmo com participação de 51%, a SGBH não consolida essas controladas em conjunto visto que o controle operacional e financeiro dessas Companhias é compartilhado com os respectivos acionistas responsáveis pela participação de 49%.

Razão social	% participação	
	2014	2013
Luziânia Niquelandia Transmissora S.A. ("Luziânia") (a)	51	51
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba") (b)	51	51
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã") (b)	51	51
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba") (c)	51	51
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte") (d)	51	-

(a) Em 19 de dezembro de 2012, a SGBH em conjunto com Fumas Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS"), arrematou no leilão 006/2011 o Lote H, e constituiu Luziânia.

(b) Em 09 de março de 2012 a SGBH em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel") arrematou no leilão 002/2012 os lotes A e B, Matrinchã (ou "TP Norte") e Guaraciaba (ou "TP Sul"). A companhia tem previsão de entrada em operação comercial estabelecida para julho de 2015 conforme Nota Técnica 20/2015-SCT-SRT/ANEEL.

(c) Em 21 de dezembro de 2012 a Paranaíba foi constituída tendo como objeto a implantação e exploração de empreendimento composto de instalações de transmissão de energia elétrica. A SGBH participa com 51% do investimento, Fumas Centrais Elétricas S.A. - 24,5% e Copel Geração e Transmissão S.A. - 24,5%.

(d) Em 07 de fevereiro de 2014 a SGBH participou do Leilão 011/2013 - ANEEL como parte integrante do consórcio IE Belo Monte, com participação equivalente a 51%, sendo os demais sócios Fumas Centrais Elétricas S.A. com 24,5% e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, também com 24,5%. O consórcio saiu vencedor com deságio de 38% sobre a RAP máxima para o Lote AB. A Companhia foi constituída em 20 de março de 2014 e obteve habilitação para operar em 2 de

outubro de 2014

O contrato estabelece uma concessão com duração de 30 anos e entrada em operação comercial prevista para janeiro de 2018. Os investimentos totais estão estimados em aproximadamente R\$ 5 bilhões com uma RAP anual de R\$434 milhões. O prazo de construção é de 46 meses a partir da data de assinatura do contrato de concessão (16 de junho de 2014).

5. Práticas contábeis

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2. Concessionárias e permissonárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

5.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4. Ativo financeiro indenizável

As controladas reconhecem um crédito a receber quando possuem direito de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital das controladas.

As controladas utilizam dados históricos como base para determinação do ativo financeiro indenizável, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada contrato.

5.5. Investimentos em controladas e controladas em conjunto

O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora e consolidadas.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

5.6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia e suas controladas são relacionados à área administrativa e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, reconhece-se essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

5.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, servidões, e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia.

5.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.9. Propriedade para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor de custo, que reflete as condições de mercado na data do balanço.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a SGBH contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

5.10. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis para os quais a Controladora e suas controladas não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel.

5.11. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre serviços prestados.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000,00 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Apenas para as controladas Catxerê e Araraquara, a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

5.12. Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR)

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) *pro rata tempore*, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais.

As controladas vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da taxa de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), esta que é definida anualmente pela ANEEL.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Programa de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. As provisões são atualizadas mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, conforme as Resoluções ANEEL nos 300/2008 e 316/2008.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

5.13. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.15. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

5.16. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.17. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Receita financeira de concessão

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

Receita de aluguel

A receita de aluguel (na Controladora) é registrada em conformidade com o regime contábil de competência.

5.18. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro indenizável.

O saldo de caixa e equivalente de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de caixa e bancos são mensurados pelo valor justo e os demais ativos financeiros, após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores, empréstimos e partes relacionadas. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

6. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

6.1 Pronunciamentos que entraram em vigor em 2014

Entidades de investimentos (alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2)) - Essas alterações contemplam uma exceção à exigência de consolidação para que entidades atendam à definição de uma entidade de investimento de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. Essas alterações não têm impacto sobre a Controladora e suas controladas, uma vez que nenhuma das entidades no grupo se qualifica para ser uma entidade de investimento, de acordo com o CPC 36 (R3).

Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros - alterações ao CPC 39 - Essas alterações esclarecem o significado de "atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação" e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Renovação de derivativos e continuação da contabilização de hedge - alterações ao CPC 38 - Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar *hedges* descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de *hedge* atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva for exigida. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos - A ICPC 19 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. A aplicação retrospectiva é exigida pela IFRIC 21 e não tem impacto sobre a Companhia, uma vez que este aplicou os princípios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhados com as exigências da IFRIC 21 em exercícios anteriores. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Melhorias anuais - ciclo 2010-2012 - O IASB emitiu sete alterações a seis normas, incluindo uma alteração à IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo. A alteração à IFRS 13 entra em vigor imediatamente e, dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2014, esclarecendo, na Base de Conclusões, que as contas a receber e contas a pagar a curto prazo sem taxas de juros declaradas podem ser mensuradas a valores faturados quando o efeito do desconto for insignificante. Essa alteração à IFRS 13 não tem impacto sobre a Companhia.

Melhorias anuais - ciclo 2011-2013 - O IASB emitiu sete alterações a quatro normas, incluindo uma alteração à IFRS 1

Adoção Inicial das Normas Internacionais para Elaboração de Relatórios Financeiros. Essa alteração à IFRS 1 não causa impacto sobre a Companhia, uma vez que suas demonstrações financeiras são preparadas com base em IFRS em vigência.

6.2 Pronunciamentos emitidos que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

Existem pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. A Companhia está avaliando os possíveis impactos e pretende adotar esses pronunciamentos quando entrarem em vigência, se aplicáveis.

Os pronunciamentos a serem analisados são: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas, Alterações na IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado, Melhorias anuais - Ciclo 2010-2012, IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações, IFRS 3 - Combinação de Negócios, IFRS 8 - Segmentos Operacionais, IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 38 - Ativo Intangível, IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas, Melhorias Anuais - Ciclo 2011-2013, IFRS 3 - Combinação de Negócios, IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo, IAS 40 - Propriedade para Investimento, IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes, Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias, Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização, Alterações à IAS 16 e a IAS 41 - Agricultura: Plantas Frutíferas e Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2014		2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa	8.738	511.355	54.285	325.725
Bancos	376.649	4.107.732	343.899	22.256.499
Aplicações financeiras	521.393.853	881.764.921	-	371.532.532
	521.779.240	886.384.008	398.184	394.114.756

A Companhia e suas controladas estruturaram as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

8. Títulos e valores mobiliários

	2014		2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Circulante	-	-	713.904.519	724.772.757
Não circulante	-	47.212.361	-	44.176.241
	-	47.212.361	-	768.948.998

As controladas Araraquara, Cabrerê, Itatim, Iracema e PPTE apresentam esses saldos como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") Caixa Econômica Federal ("CEF") apenas para a Iracema.

9. Concessionárias e permissionárias

	Consolidado	
	2014	2013
A vencer	103.418.823	85.803.852
Vencidas até 30 dias	1.316.524	636.497
Vencidas até 60 dias	659.513	762.742
Vencidas até 90 dias	457.571	260.093
Vencidas há mais de 90 dias	15.950.942	13.030.335
	121.803.373	100.493.519
	(7.911.549)	(1.003.809)
	113.891.824	99.489.710

(PCLD)

Em função do alto giro do contas a receber, não se fazem necessários ajustes a valor presente. De acordo com as normas do agente regulador para as empresas controladas, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária.

Segue movimentação da PCLD no exercício de 2014:

Saldo em 1º de janeiro de 2014	(1.003.809)
Reversão	-
Complemento de provisão	(6.907.740)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(7.911.549)

10. Impostos a recuperar

	2014		2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Circulante				
PIS (i)	-	68.249	-	8.493.464
COFINS (i)	-	314.681	-	35.364.899
IRPJ	12.209.137	28.106.951	10.438.125	20.047.890
IR aplicações financeiras	14.467.592	20.378.299	478.798	4.864.607
CSLL	395.375	10.273.124	2.410.566	6.320.570
Outros	29.888	1.281.649	117.853	4.210.631
	27.101.992	60.422.953	13.445.342	79.302.061
Não circulante				
PIS (i)	-	2.861.809	-	1.308.147
COFINS (i)	-	13.955.208	-	12.357.526
IRPJ	-	-	4.148.835	4.285.676
	-	16.817.017	4.148.835	17.951.349
	27.101.992	77.239.970	17.594.177	97.253.410

(i) A Administração da Companhia aprovou a baixa de R\$ 6.849.142 de PIS e R\$ 33.241.415 de COFINS no exercício de 2014 visto que não havia previsão de utilização dos créditos apresentados.

11. Empréstimos a receber

	Controladora	
	2014	2013
Não circulante	20.566.802	-
	20.566.802	-

Em 5 de maio de 2014 os acionistas da MRTE aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a emissão de 300 debêntures não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$255.480 cada, através de emissão pública com esforços restritos.

As Debêntures terão sua data de vencimento contado a partir da Data de Emissão e deverão permanecer vigentes até a liberação de recursos provenientes de operações de financiamento de longo prazo dos projetos da Companhia perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), ou qualquer outro evento nos termos deste instrumento, vencendo-se, portanto, aproximadamente, em 29 de abril de 2016 podendo ter seu saldo devedor liquidado antes do vencimento previsto sem qualquer ônus para o emissor.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP acrescida de um spread equivalente a 0,70% a.a.

O valor nominal unitário das debêntures, devidamente acrescido da remuneração deverá ser integralmente pago na data de vencimento.

Em 31 de dezembro de 2014 haviam sido emitidas 78 das 300 debentures já aprovadas pela Administração.

12. Ativo financeiro indenizável

	Consolidado	
	2014	2013
Circulante	758.337.910	705.491.553
Não circulante	4.217.791.682	4.251.241.013
	4.976.129.592	4.956.732.566

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
 - O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
 - Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
 - O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.
- Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação do ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:
- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
 - Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
 - Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
 - Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.
- A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das Controladas é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente da ANEEL ou para quem for delegada essa tarefa.
- Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não

amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

13. Investimentos (Controladora)

13.1. Informações financeiras sobre as investidas

	Em 31 de dezembro de 2014				
			Patrimônio	Receita	Resultado
	Ativo	Passivo	líquido	líquida	do exercício
Controladas					
SGBH-E	697.379.688	16.326.062	681.053.626	-	65.564.426
SGBH-T	285.587.432	7.519.987	278.067.445	-	30.023.511
ITE	990.173.548	512.116.356	478.057.192	158.471.394	47.191.495
RPTE	292.639.705	140.827.059	151.812.646	24.381.893	(15.760.835)
PCTE	384.498.151	200.545.040	183.953.111	32.569.233	(20.791.547)
SMTE	764.877.599	469.788.959	295.088.640	103.399.741	18.155.400
SPTE	288.891.463	122.901.237	165.990.226	26.017.232	(35.063.967)
PPTE	473.294.956	180.083.963	293.210.993	63.928.396	29.383.095
Itatim	593.748.408	364.735.858	229.012.549	100.531.700	52.008.343
Iracema	210.595.289	136.058.283	74.537.006	23.234.364	88.536
Catxere	549.516.394	231.695.669	317.820.726	68.545.046	42.481.718
Araraquara	281.595.956	122.218.516	159.377.439	36.331.443	17.366.424
MRTE	26.910.598	20.850.253	6.060.346	7.748.005	114.944
Controladas em conjunto					
Luziânia	67.601.433	33.710.443	33.891.000	30.604.573	10.680.249
Matrinhã	1.551.898.626	647.283.283	904.616.343	813.466.625	62.352.104
Guaraciaba	751.894.630	453.974.154	297.920.476	458.023.599	32.207.401
Paranaíba	654.665.170	375.855.519	278.809.651	285.982.314	12.950.472
Belo Monte	29.920.549	5.584.270	24.336.279	20.330.198	(664.721)

	Em 31 de dezembro de 2013				
			Patrimônio	Receita	Resultado
	Ativo	Passivo	líquido	líquida	do exercício
Controladas					
SGBH-E	686.927.750	14.620.424	672.307.326	(193.029)	57.889.930
SGBH-T	276.435.717	5.627.296	270.808.422	(200.273)	21.942.321
ITE	1.013.073.055	535.670.433	477.402.622	151.826.584	29.728.347
RPTE	316.025.825	148.452.345	167.573.480	23.200.035	(8.922.228)
PCTE	408.914.365	204.169.707	204.744.658	30.163.528	(13.563.678)
SMTE	800.496.901	492.040.889	308.456.012	113.868.994	(1.604.692)
SPTE	314.474.519	133.420.325	181.054.194	19.568.528	(10.080.653)
PPTE	473.821.094	196.036.225	277.784.869	69.803.465	34.356.846
Itatim	544.590.728	367.586.522	177.004.206	80.807.203	34.678.916
Iracema	208.735.247	134.286.778	74.448.470	23.403.215	3.844.270
Catxere	509.516.040	233.387.634	276.128.406	63.179.575	25.527.826
Araraquara	264.284.286	122.273.271	142.011.015	29.017.002	9.000.985
MRTE	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto					
Luziânia	34.171.080	22.781.339	11.390.740	-	43.164
Matrinhã	782.964.776	583.009.328	199.955.448	-	3.596.988
Guaraciaba	324.771.984	245.527.298	79.244.686	-	945.444
Paranaíba	74.815	1.956	72.859	-	440.352
Belo Monte	-	-	-	-	-

13.2. Movimentação dos investimentos

	Movimentação				
	Saldo em	Equivalência	Aportes	Saldo em	
	31/12/2013	Patrimonial	de capital	31/12/2014	Dividendos
Controladas					
SGBH-E	672.307.325	65.564.426	-	681.053.626	(56.818.125)
SGBH T	270.808.421	30.023.511	-	278.067.444	(22.764.488)
ITE	473.413.730	47.248.139	-	474.124.944	(46.536.924)
RPTE	57.085.545	(15.741.336)	-	41.344.210	-
PCTE	41.476.540	(20.768.521)	-	20.708.019	-
SMTE	67.074.633	18.193.843	-	53.745.704	(31.522.772)
SPTE	293.781.728	(34.471.140)	20.000.000	279.310.588	-
PPTE	321.229.258	29.383.095	-	336.655.383	(13.956.970)
Itatim	177.004.206	52.008.343	-	229.012.549	-
Iracema	74.448.470	88.536	-	74.537.006	-
Catxere	276.128.406	42.481.718	-	317.820.726	(789.398)
Araraquara	142.011.015	17.366.424	-	159.377.439	-
MRTE	-	114.944	6.000.000	6.060.346	(54.598)
Luneng	-	(964.581)	964.581	-	-
Controladas em conjunto					
Luziânia	5.808.258	5.447.437	6.028.710	17.284.405	-
Matrinhã	102.851.892	30.924.960	335.129.881	461.354.335	(7.552.398)
Guaraciaba	40.602.706	16.237.858	99.000.000	151.939.443	(3.901.123)
Paranaíba	37.160.352	6.602.570	98.430.000	142.192.922	-
Belo Monte	-	(339.008)	12.750.510	12.411.502	-
	3.053.192.485	289.401.218	578.303.682	3.737.000.589	(183.896.796)

	Movimentação				
	Saldo em	Equivalência	Aportes	Saldo em	
	31/12/2012	Patrimonial	de capital	31/12/2013	Dividendos
Controladas					
SGBH-E	662.781.430	57.889.930	-	672.307.325	48.364.035
SGBH T	268.066.048	21.942.321	-	270.808.421	19.199.948
ITE	489.513.064	29.728.347	-	473.413.730	45.827.680
RPTE	68.385.125	(8.922.228)	-	57.085.545	2.377.352
PCTE	58.391.848	(13.563.678)	-	41.476.540	3.351.630
SMTE	90.392.919	(1.604.692)	-	67.074.633	21.713.594
SPTE	293.862.381	(10.080.653)	10.000.000	293.781.728	-
PPTE	332.191.530	34.356.846	-	321.229.258	45.319.118
Itatim	117.125.290	34.678.916	25.200.000	177.004.206	-
Iracema	68.004.200	3.844.270	2.600.000	74.448.470	-
Catxere	246.950.580	25.527.826	3.650.000	276.128.406	-
Araraquara	121.520.030	9.000.985	11.490.000	142.011.015	-
Controladas em conjunto					
Luziânia	732.411	43.164	5.032.680	5.808.258	-
Matrinhã	10.541.105	3.596.988	88.734.689	102.851.892	20.889
Guaraciaba	7.247.060	945.444	32.410.201	40.602.706	-
Paranaíba	-	440.352	36.720.000	37.160.352	-
	2.835.705.021	187.824.138	215.837.570	3.053.192.485	186.174.246

13.3. Ágio sobre aquisição de investimentos

Na aquisição das controladas ETIM, ETEE, PCTE, ITE, RPTE, SPTE, SMTE e PPTE os ativos e passivos das controladas foram considerados como avaliados a valor de mercado, conforme determina o CPC 15 (R1) (IFRS 3R) em processos de combinação de negócios ("Business Combinations"). Desta forma a diferença entre o preço pago pela aquisição da investida e o patrimônio líquido da investida avaliado a valor justo na data do balanço foi inteiramente alocado como investimento para fins das demonstrações financeiras da controladora. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o valor do ágio foi reclassificado para o ativo intangível. Na nota explicativa 16 - Intangível - apresentamos o saldo do ágio pagos nas aquisições.

14. Propriedade para investimento

	2013	Transf.	Adições	Baixas	2014
	Custo	28.640.170	69.326.209	-	-
(-) Depreciação	(158.916)	-	-	(1.032.859)	(1.191.775)
	28.481.254	69.326.209	-	(1.032.859)	96.774.604
	2012	Transf.	Adições	Baixas	2013
Custo	4.146.405	-	24.493.765	-	28.640.170
(-) Depreciação	-	-	-	(158.916)	(158.916)
	4.146.405	-	24.493.765	(158.916)	28.481.254

A Administração mantém parte do imóvel localizado na Avenida Presidente Vargas nr. 955 - Rio de Janeiro/RJ classificado como propriedade para investimento visto que cerca 44% da área do imóvel estão destinadas para aluguel, e 56% de uso próprio. Em 2014 houve redimensionamento do layout de uso do imóvel e uma parte anteriormente destinada a uso próprio foi também disponibilizada para aluguel.

Os montantes de propriedades para investimento estão mantidos a custo histórico, deduzidos de depreciação e redução a valor recuperável, quando aplicável. O imóvel vem sendo depreciado a taxa de 2% ao ano, tendo como base laudo de avaliação de vida útil.

Para atendimento ao CPC 28 - Propriedade para investimento, a Administração efetuou a avaliação ao valor justo do imóvel

em conformidade com o CPC 46 - Valor Justo. Segue principais aspectos do imóvel:

- o valor justo para compra e venda identificado pela empresa que efetuou o Laudo de avaliação foi de R\$ 105.540.000 (considerando apenas 44% do imóvel alocado como propriedade para investimento);
- de acordo com a hierarquia de inputs, o imóvel foi classificado como nível 2, visto que teve comparação com outros imóveis similares no mercado.

15. Imobilizado (controladora)	2013	Transf.	Adições	Baixas	2014
Prédios e Instalações	192.809.014	(69.326.209)	921.367	-	124.404.172
Máquinas e Equipamentos	2.083.523	-	48.106	-	2.131.629
Móveis e Utensílios	1.850.124	-	505.927	-	2.356.051
Equipamento de informática	939.482	-	50.641	(11.980)	978.143
Obras de Arte	2.806	-	-	-	2.806
Custo	197.684.949	(69.326.209)	1.526.041	(11.980)	129.872.801
(-) Máq. Equipamentos	(210.987)	-	(211.071)	-	(422.058)
(-) Moveis e utensílios	(221.720)	-	(226.476)	-	(448.196)
(-) Equipamentos de informática	(195.664)	-	(137.081)	-	(332.745)
(-) Prédios e Instalações	(2.963.676)	-	(2.485.673)	-	(5.449.349)
	(3.592.047)	-	(3.060.301)	-	(6.652.348)
	194.092.902	(69.326.209)	45.858.379	(11.980)	123.220.453

16. Intangível (consolidado)	2013	Transf.	Adições	Baixas	2014
Ágio (i)	176.119.484	-	-	(31.696.285)	144.423.199
Serviços e Softwares(ii)	38.968.322	-	2.003.994	-	40.972.316
	215.087.806	-	2.003.994	(31.696.285)	185.395.515
	2012	Transf.	Adições	Baixas	2013
Ágio(i)	176.119.484	-	-	-	176.119.484
Serviços e softwares (ii)	38.814.867	-	153.455	-	38.968.322
	214.934.351	-	153.455	-	215.087.806

(i) O ágio não é amortizado contabilmente, mas sujeito a avaliação anual para fins de *impairment*. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes. Não foram identificados indícios de necessidade de registro de provisão para realização relacionados ao ágio em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(ii) Os valores apresentados estão líquidos da amortização acumulada.

17. Empréstimos e financiamentos	2014		2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Debêntures	-	118.372.772	-	119.564.284
China Development Bank (CDB)	-	105.673.471	-	1.344.088.095
BNDES	-	618.160.048	-	675.227.564
Export-Import Bank of China (EXIM)	159.493.263	159.493.263	352.079.498	352.079.498
State Grid Intl Development Ltd. ("SGID")	1.817.523.932	3.109.111.904	1.128.112.509	1.243.301.185
	1.977.017.196	4.110.811.458	1.480.192.007	3.734.260.626
Passivo circulante	2.730.756	357.529.664	4.354.007	373.617.756
Passivo não circulante	1.974.286.440	3.753.281.794	1.475.838.000	3.360.642.870

Empresa	Contra- parte	Descritivo	Valor - R\$	
			2014	2013
SGBH	EXIM			

Em 2014, a SGID liquidou, em nome da SGBH, as parcelas de principal vincendas e, portanto, devidas ao Export-Import Bank of China



Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
PCTE SGID			
Em 20 de dezembro de 2013 e 20 de junho de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, as parcelas referentes ao principal e juros do empréstimo junto ao CDB no montante de USD 8.519.965, correspondente a R\$ 19.574.369. Neste mesmo montante foi contratado, junto a SGID, um novo empréstimo a custo de <i>Libor</i> + 0,65% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2014 com pagamentos do principal e juros nesta data.			
		180.199.093	10.082.957
Em 17 de novembro de 2014, devido a liquidação total do saldo devedor junto ao CDB pela SGID, foi contratado um novo empréstimo ao custo de <i>Libor</i> + 2,85% a.a. e no mesmo montante de USD 70.800.011, correspondente a R\$ 184.257.029, com pagamentos de principal e juros em 23 parcelas semestrais iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 04 de setembro de 2025.			
Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros ativos dados em garantia.			

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
PCTE CDB			
Em 5 de setembro de 2012 a Companhia captou um empréstimo no valor de USD79.000.000, correspondente a R\$161.871.000, com um custo de <i>Libor</i> + 2,85% a.a. e um prazo de vencimento de 13 anos com pagamentos de principal e juros semestrais. Em 17 de novembro de 2014, como garantidora, a SGID liquidou, em nome da Companhia, todo o saldo devedor em um montante total de USD 70.800.011, correspondente a R\$ 184.257.029.			
		-	170.985.712

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
RPTE SGID			
Em 20 de dezembro de 2013 e 20 de junho de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, as parcelas referentes ao principal e juros do empréstimo junto ao CDB no montante de USD 6.092.471, correspondente a R\$ 14.015.345. Neste mesmo montante foi contratado, junto a SGID, um novo empréstimo a custo de <i>Libor</i> + 0,65% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2014 com pagamentos do principal e juros nesta data.			
		120.104.955	7.209.624

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
RPTE CDB			
Em 17 de novembro de 2014, devido a liquidação total do saldo devedor junto ao CDB pela SGID, foi contratado um novo empréstimo ao custo de <i>Libor</i> + 2,85% a.a. e no mesmo montante de USD 47.337.800, correspondente a R\$ 123.196.625, com pagamentos de principal e juros em 21 parcelas semestrais iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 04 de setembro de 2024			
Em setembro de 2012 a Companhia captou um empréstimo no valor de USD 53.400.000, correspondente a R\$108.178.400, conforme contrato firmado em 20 de julho de 2012 com um custo de <i>Libor</i> + 2,85% a.a. e prazo de vencimento de 12 anos com pagamentos de principal e juros semestrais. Em 17 de novembro de 2014, como garantidora, a SGID liquidou, em nome da Companhia, todo o saldo devedor em um montante total de USD 47.337.800, correspondente a R\$ 123.196.625.			
		-	114.776.121

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
SPTE SGID			
Em 20 de dezembro de 2013 e 20 de junho de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, as parcelas referentes ao principal e juros do empréstimo junto ao CDB no montante de USD 5.567.651, correspondente a R\$ 12.769.420. Neste mesmo montante foi contratado, junto a SGID empréstimo a custo de <i>Libor</i> + 0,65% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2014 com pagamentos do principal e juros nesta data.			
		109.758.835	6.588.570

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
SPTE CDB			
Em 17 de novembro de 2014, devido a liquidação total do saldo devedor junto ao CDB pela SGID, foi contratado um novo empréstimo ao custo de <i>Libor</i> + 2,85% a.a. e no mesmo montante de USD 43.260.012, correspondente a R\$ 112.584.181, com pagamentos de principal e juros em 21 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 06 de setembro de 2024.			

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
SMTE SGID			
Em setembro de 2012 a Companhia captou um empréstimo no valor de USD 48.800.000, correspondente a R\$100.206.400, - com custo de <i>Libor</i> + 2,85% a.a. e um prazo de vencimento de 12 anos com pagamentos de principal e juros semestrais. Em - 2014, como garantidora, a SGID liquidou, em nome da Companhia, todo o saldo devedor em um montante total de USD 43.260.012, correspondente a R\$ 112.584.181.			
		-	104.889.040

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
SMTE CDB			
Em 20 de dezembro de 2013 e 20 de junho de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, as parcelas referentes ao principal e juros do empréstimo junto ao CDB no montante de USD 21.336.352, correspondente a R\$ 48.934.840. Neste mesmo montante foi contratado, junto a SGID empréstimo a custo de <i>Libor</i> + 0,65% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2014 com pagamentos do principal e juros nesta data.			
		386.359.767	25.246.826

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
SMTE CDB			
Em 17 de novembro de 2014, devido a liquidação total do saldo devedor junto ao CDB pela SGID, foi contratado um novo empréstimo ao custo de <i>Libor</i> + 2,85% a.a. no mesmo montante de USD 153.636.799, correspondente a R\$ 399.839.770, com pagamentos de principal e juros em 19 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 05 de setembro de 2023.			

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
SMTE CDB			
Em setembro de 2012, a Companhia captou um empréstimo com o CDB no valor de USD 175.600.000 correspondentes a R\$360.104.400 com um custo de <i>Libor</i> + 2,85% a.a. e um prazo de vencimento de 11 anos com pagamentos de principal e juros semestrais. Em 17 de novembro de 2014, como garantidora, a SGID liquidou, em nome da Companhia, todo o saldo devedor em um montante total de USD 153.636.799, correspondente a R\$ 399.839.770.			
		-	374.299.137

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
Araraquara BNDES			
A Araraquara e a Catxerê firmaram contratos de financiamento junto ao BNDES destinado ao adiantamento a fornecedores de máquinas e equipamentos e compra de materiais para a construção de suas linhas de transmissão no montante de R\$277.000.000. Sobre estes financiamentos incidirão juros de 2,21% ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP), sendo que quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência do referido contrato de financiamento e no seu vencimento ou liquidação, e apurado mediante a incidência de TJLP sobre o saldo devedor; e o percentual de 2,21%, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirá sobre o saldo devedor.			
		78.350.735	84.067.455

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
Araraquara BNDES			
E quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de 2,21% ao ano acima da TJLP, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor. Esses financiamentos serão pagos em 192 (cento e noventa e duas) parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 15 de setembro de 2012 e a última em 15 de agosto de 2028.			

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
Catxerê BNDES			
A Araraquara e a Catxerê firmaram contratos de financiamento junto ao BNDES destinado ao adiantamento a fornecedores de máquinas e equipamentos e compra de materiais para a construção de suas linhas de transmissão no montante de R\$277.000.000. Sobre estes financiamentos incidirão juros de 2,21% ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP), sendo que quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência do referido contrato de financiamento e no seu vencimento ou liquidação, e apurado mediante a incidência de TJLP sobre o saldo devedor; e o percentual de 2,21%, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirá sobre o saldo devedor.			
		175.483.072	188.286.874

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
Catxerê BNDES			
E quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de 2,21% ao ano acima da TJLP, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor. Esses financiamentos serão pagos em 192 (cento e noventa e duas) parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 15 de setembro de 2012 e a última em 15 de agosto de 2028.			

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
Iracema Debêntures			
Em 19 de novembro de 2010 os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a emissão de 109 debêntures não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$1.000.000 cada, através de emissão pública com esforços restritos.			
		118.372.772	119.564.284
As debêntures possuem vencimento em 300 meses contados da data da primeira subscrição e farão jus a juros, pagáveis nas mesmas datas de pagamento da amortização, correspondentes à variação acumulada da Taxa Referencial divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescidas de spread de 9% a.a. Os custos com a emissão das debêntures, que compreendem gastos com assessoria financeira e jurídica, totalizam R\$961.511. O pagamento do principal e dos juros começou a ser efetuado mensalmente a partir do 13º mês contado da data de emissão.			

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
Itatim BNDES Subcrédito A e B:			
Nos valores originais de R\$251.128.800, R\$68.236.900, respectivamente, providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 2,74% e 2,5% ao ano respectivamente, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 168 e 114 meses respectivamente, com início em 26 de dezembro de 2012 e término em 15 de abril de 2028 e 15 de outubro de 2022 respectivamente.			
		286.192.907	309.998.329

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
Subcrédito C:			
Atendendo à exigência do Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES, o valor de R\$ 1.604.900,00 deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através de dois projetos:			

- 1) Projeto Maré do Amanhã – Orçamento previsto de 1,2 milhão de reais;
- 2) Projeto Casa Abrigo Criança Cidadã – Orçamento previsto de 531 mil reais;

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
PPTE BNDES BNDES - Direto - moeda estrangeira - Subcrédito A		78.133.333	92.874.906
No valor de R\$14.095.000. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 3% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira. O prazo de amortização é de 144 meses, com início em 15 de julho de 2007 e término em 15 de junho de 2019.			

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
BNDES - Direto - moeda nacional - Subcréditos B e C			
Nos valores de R\$49.129.000 e R\$7.253.000. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 3% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 144 meses, com início em 15 de julho de 2007 e término em 15 de junho de 2019.			

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
Banco BNP e Banco Santander			
Repasse moeda estrangeira - Subcredito A no montante de R\$25.454.000 Sobre o principal da dívida incidirá a taxa de juros de 4,3% ao ano, acima da mesma taxa do Subcredito A do BNDES Direto.			

Contra- Empresa parte	Descrição	Valor - R\$	
		2014	2013
Banco BNP e Banco Santander			
Repasse moeda nacional - Subcreditos B e C no montante de R\$ 101.818.000 sobre o principal da dívida incidirá a taxa de juros de 4,3% ao ano, acima da mesma taxa do Subcredito B e C do BNDES Direto			

Total das controladas		2.133.794.262	2.254.068.620
Total consolidado		4.110.811.458	3.734.260.626

18. Taxas regulamentares	Consolidado	
	2014	2013
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	4.531.699	7.102.416
Taxa de fiscalização (TFSEE)	5.444.783	3.962.415
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	21.951.841	17.471.376
Outros	33.336	137.998
	31.961.659	28.674.205

19. Partes relacionadas (Controladora)	Consolidado	
	2014	2013
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	4.531.699	7.102.416
Taxa de fiscalização (TFSEE)	5.444.783	3.962.415
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	21.951.841	17.471.376
Outros	33.336	137.998
	31.961.659	28.674.205

19.1. Ativo	Nota	2014	2013
Contas a receber - aluguel (i)		2.311.572	521.959
Dividendos a receber (ii)		102.449.751	75.979.367
Outras contas a receber - não circulante		161.605	162.343
Empréstimos a receber - MRTE (iii)	11	20.566.802	-
Ativo disponível para venda (iv)		30.336.560	-

- (i) Saldo refere-se a contas a receber e receita de aluguel para controladas, coligadas, e outras empresas referente ao imóvel registrado como propriedade para investimento na Controladora.
(ii) Saldo de dividendos a receber das controladas e controladas em conjunto.
(iii) Saldo referente a Debêntures a receber da MRTE (nota explicativa 11).
(iv) Em 06 de fevereiro de 2014 a Companhia adquiriu a totalidade do Capital Social da Luneng Brasil Sports Center Ltda ("Luneng Brasil"). Em 29 de agosto de 2014 a Companhia celebrou junto a Shan Dong Luneng Tai Shan Football Club Limited ("Luneng") em acordo de custódia a transferência para a Luneng de todos os direitos e poderes para administração da Luneng Brasil. Em contrapartida a Luneng mantém a Companhia isento de quaisquer variações que sejam observadas no patrimônio da Luneng Brasil. O acordo de custódia tem vigência de 3 anos contados a partir de junho de 2014.

19.2. Passivo	Nota	2014	2013
Empréstimo - partes relacionadas	17	1.977.017.196	1.480.192.007
Dividendos a pagar	21	84.318.614	65.240.630
19.3. Resultado	Nota	2014	2013
Receita de aluguel (v)		8.469.466	2.869.638
Despesa de juros de empréstimo	17	22.107.393	32.379.241

(v) Saldo refere-se à receita dos aluguéis do imóvel classificado como propriedade para investimento. Os mesmos são alugados para controladas, controladas em conjunto e outras empresas do Grupo.

19.4. Garantia de empréstimos de Controladas em conjunto				
Controlada em conjunto	Tipo de Empréstimo	Valor em 31/12/2014	Data de assinatura do contrato	Data de vencimento
Guaraciaba	Debêntures	401.144	20/06/2013	20/06/2015
Paranaíba	Debêntures	354.527	24/11/2014	24/11/2015
Belo Monte	Debêntures	(i)	(i)	(i)

(i) O contrato foi assinado em 12 de janeiro de 2015. Foram emitidas 403 debêntures, no montante total de R\$ 403.000.000. O vencimento final ocorrerá ao término do prazo de 18 meses contados da data de emissão.

20. Provisão para contingências Contingências prováveis (provisionadas):					
Controladora em conjunto	Tipo de Empréstimo	2014		2013	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Tributária		-	16.094.668	-	32.189.783
Cível		-	2.500.132	-	756.290
Servidões		-	870.722	-	14.128.019
Ambiental		-	22.220.000	-	22.220.000
Trabalhista		-	160.239	-	5.546.457
		-	160.239	-	42.577.532

Contingências possíveis (não provisionadas):
Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia e suas Controladas figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

Controladora em conjunto	Tipo de Empréstimo	2014		2013	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Tributária		-	21.079.645	-	7.501.475
Cível		-	1.620.251	-	1.460.000
Servidões		-	-	-	3.002.522
Ambiental		-	3.746.813	-	574.136
Trabalhista		-	282.444	-	9.121.154
		-	26.729.153	-	21.659.287

21. Patrimônio líquido (Controladora)				
a) Capital social				
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$2.494.172.500 dividido em 2.494.172.500 de ações ordinárias nominativas com valor de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:				
		2014 e 2013		
Top View Grid Investment Limited		0,00001%		
International Grid Holdings Limited		99,9999%		
		100%		

b) Reserva legal				
A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.				
c) Dividendos				
Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, calculados conforme abaixo:				
</				



	2014		2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
23. Receita operacional líquida	9.850.900	942.345.147	4.909.013	881.912.481
Receita operacional bruta	-	-	-	-
Receita de operação e manutenção	-	119.240.357	-	114.666.073
Receita financeira de construção	-	779.911.135	-	736.067.862
Receita de aluguel	8.469.466	7.783.489	2.869.638	(736.177)
Outras	1.381.434	35.410.166	2.039.375	31.914.723
Deduções da receita operacional	(864.231)	(99.009.290)	(381.825)	(87.844.345)
PIS/COFINS	(864.231)	(67.922.337)	(381.825)	(60.362.053)
Quota para RGR	-	(22.801.957)	-	(20.274.358)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	-	(8.271.722)	-	(7.200.313)
Outras	-	(13.274)	-	(7.621)
	8.986.669	843.335.857	4.527.188	794.068.136

	2014		2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
24. Custo da operação	(1.032.859)	(142.043.433)	(158.916)	(94.639.014)
Pessoal	-	(49.153.347)	-	(36.380.746)
Depreciação	(1.032.859)	-	(158.916)	-
Material	-	556.830	-	(2.644.808)
Serviços de terceiros	-	(23.420.533)	-	(25.640.902)
Repasse	-	(7.337.260)	-	(12.956.746)
Arrendamentos e aluguéis	-	366.694	-	3.129.648
Taxas de fiscalização	-	(4.609.712)	-	(3.989.101)
Custo de construção	-	(56.133.011)	-	(9.783.626)
Meio ambiente	-	(3.538.492)	-	(2.416.623)
Outros	-	1.225.398	-	(3.956.110)
	(1.032.859)	(142.043.433)	(158.916)	(94.639.014)

	2014		2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
25. Outras (despesas)/receitas operacionais	(45.029.400)	(94.338.656)	(13.895.214)	(28.557.324)
Depreciação e amortização (Constituição)/reversão de PCLD (nota explicativa 9)	(3.209.217)	(5.041.602)	(2.386.516)	(3.403.836)
Reversão/(constituição) de contingência	(160.239)	25.153.740	-	(2.216.830)
Constituição de provisão de terceiros	-	(8.695.800)	-	-
Ajuste de preço na aquisição de controladas (i)	(17.305.092)	(17.305.092)	-	-
Tributos	(7.974.647)	(9.669.853)	(674.863)	(1.041.118)
Arrendamentos e aluguéis	(749.587)	(3.230.860)	(485.778)	(4.315.400)
Serviços de terceiros	(14.365.356)	(18.732.466)	(9.792.717)	(14.463.585)
Doações	(195.656)	(1.435.100)	(199.696)	(3.634.596)
Perda de PIS/COFINS (nota explicativa 10)	-	(40.455.207)	-	-
Outras receitas/despesas operacionais	(1.069.606)	(8.018.674)	(355.644)	(2.744.512)
	(45.029.400)	(94.338.656)	(13.895.214)	(28.557.324)

(i) Montante refere-se a finalização do pagamento referente a aquisição das empresas do Grupo ACS (Itatim, Araraquara, PPTe, Iracema e Catxerê). Considerando que a aquisição foi feita em 14 de dezembro de 2012, a Administração registrou o montante no resultado visto que passou do prazo de 1 ano estabelecido pelo CPC 15 - Combinações de Negócios para ajuste do preço de compra.

	2014		2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
26. Resultado financeiro	225.739.448	455.929.575	210.425.974	401.611.222
Receita financeira	225.739.448	455.929.575	210.425.974	401.611.222
Receitas de aplicações financeiras	52.190.236	105.347.999	50.632.718	78.884.141
Juros sobre empréstimos (nota explicativa 11)	2.058.058	2.058.058	891.337	891.337
Outras	840.840	2.099.538	414.616	2.727.501
Variação cambial	170.650.314	346.423.980	158.487.303	319.108.243
Despesa financeira	(392.803.413)	(875.381.988)	(391.617.532)	(849.580.088)
Variações cambial	(367.778.405)	(748.220.975)	(347.067.772)	(690.661.249)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - terceiros (nota explicativa 17)	-	(73.922.530)	-	(85.441.927)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (nota explicativa 17)	(24.232.188)	(48.527.642)	(44.311.687)	(63.107.178)
Outras	(792.820)	(4.710.841)	(238.073)	(10.369.734)
	(167.063.965)	(419.452.413)	(181.191.558)	(447.968.866)

27. Instrumentos financeiros
 A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2014 e 2013, a Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, exceto pelo saldo de propriedade para investimentos.

Os instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2014		2013	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	7	521.779.240	886.384.008	398.184	394.114.756
Títulos e valores mobiliários	8	-	47.212.361	713.904.519	768.948.998
Contas a receber - aluguéis	19	2.311.572	2.159.061	521.959	521.959
Ativo financeiro indenizável	12	-	4.976.129.592	-	4.956.732.566
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	20.566.802	-	-	-
		544.657.614	5.911.885.022	714.824.662	6.119.796.320

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2014		2013	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Adiantamentos a fornecedores		97.622	8.358.780	2.000	9.842.441
Concessionárias e permissionárias	9	-	113.891.824	-	99.489.710
		97.622	122.250.604	2.000	109.332.151

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2014		2013	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fornecedores - terceiros		557.351	9.502.389	528.342	8.950.829
Fornecedores - partes relacionadas	19	-	121.671	-	17.011
Empréstimos e financiamentos - Terceiros	17	-	842.206.290	-	2.140.454.914
Empréstimos - partes relacionadas	17	1.977.017.197	3.268.605.168	1.480.192.007	1.595.410.611
		1.977.574.548	4.120.435.518	1.480.720.349	3.744.833.365

27.2. Gestão de risco
 As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e suas controladas são:

a) **Riscos de mercado**
 A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração do Grupo, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) **Riscos de taxa de juros**
 Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) **Riscos cambiais**
 Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de mútuo com seu controlador e empréstimos e financiamentos. A Companhia e suas controladas fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) **Risco de crédito**
 Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis das controladas serem essencialmente junto à ONS, apresentando baixo nível de atrasos nos recebimentos.

e) **Risco de liquidez**
 A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

28. Gestão do capital
 A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

No exercício de 2014 a Administração internalizou parte do endividamento em dólar da Controladora e Controladas estavam contratados com terceiros. Os contratos foram transferidos para a SGID (nota explicativa 17).

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

29. Cobertura de seguros
 A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a cobertura de seguros da Companhia e suas controladas contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

	2014		2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	-	1.066.327.882	-	1.066.327.882
Seguro Patrimonial	154.720.000	1.614.436.275	148.871.521	1.476.223.310
Veículos	-	773.486	-	417.685
	154.720.000	2.681.537.643	148.871.521	2.542.968.877

HONGXIAN CAI
 Diretor Presidente
YANG QU
 Diretor Vice-Presidente
ALDREA GIORGIA WERNECK
 Contadora - CRC RJ-110226/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da **State Grid Brazil Holding S.A.**
 Rio de Janeiro - RJ
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da State Holding Brazil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
 A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da State Holding Brazil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
 Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S.
 CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ
Gláucio Dutra da Silva
 Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4
Walter Garcia Neumayer
 Contador CRC - 1RJ 091.659/O-0



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.